

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.014

## A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Luís Carlos dos Santos<sup>1</sup>

Pedro Herlleyson Gonçalves Cardoso<sup>2</sup>

### RESUMO

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos pilares das políticas educacionais, mas ainda representa um grande desafio para os professores, que precisam lidar com a diversidade de alunos nas salas de aula. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que os docentes recebam uma capacitação contínua, que os prepare para as diversas necessidades educacionais, emocionais e sociais de seus alunos. Este artigo analisa a importância da formação docente para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, destacando competências essenciais como a adaptação curricular, a comunicação eficiente e o uso de tecnologias assistivas. A pesquisa adota a metodologia de revisão bibliográfica, com foco em estudos que abordam a capacitação docente na área da educação inclusiva. A análise dos dados revela que a formação contínua e contextualizada é crucial para a implementação de práticas pedagógicas que atendam às especificidades de cada aluno. Além disso, aponta-se que a atualização constante dos profissionais

1 Bacharel em Administração (ESTACIO), Licenciatura em Educação Especial (Unifahe), Discente do curso de Serviço Social (UNIFATECIE), Esp. em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE), Esp. em Gestão Pública e Gestão de Pessoas (FAVENI), Me. em Economia Rural (UFC), karloskaka@hotmail.com

2 Licenciado em Biologia (URCA) e Química (IFCE), Esp. em Metodologia do Ensino de Biologia e Química (FacuMinas), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento (UFAL), Dr. em Economia Rural (UFC), pedroherlleyson@yahoo.com.br

da educação favorece a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor, em que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam se desenvolver plenamente. A capacitação docente não deve ser vista como um evento isolado, mas sim como um processo contínuo, com a oferta de cursos e treinamentos que acompanhem as transformações e demandas do cenário educacional. Os resultados indicam que investir na formação docente resulta em práticas pedagógicas mais eficazes e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade da educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Capacitação docente, Educação inclusiva, Formação continuada.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se constituído como um dos principais pilares das políticas públicas voltadas à promoção da equidade e da democratização do ensino no Brasil. Esse paradigma educativo fundamenta-se na ideia de que todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, devem ter garantido o acesso e a permanência na escola, em igualdade de oportunidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), sustentam esse princípio, orientando a transformação das práticas pedagógicas e institucionais em direção a um ensino verdadeiramente inclusivo.

Santos, Amorim e Paula (2020, p. 17) apontam que “embora os docentes reconheçam a importância da inclusão, muitos ainda se sentem despreparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência, em virtude da ausência de formação especializada”.

Entretanto, apesar dos avanços legislativos e normativos, o cotidiano escolar ainda revela desafios significativos para a consolidação da inclusão. Muitos professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, especialmente no que tange ao atendimento de alunos com deficiência ou com Necessidades Educacionais Específicas (NEE). Essa lacuna entre teoria e prática educacional reforça a urgência da capacitação docente como elemento essencial para a efetividade da inclusão escolar (Glat, 2009).

O sucesso da educação inclusiva está intrinsecamente ligado à qualidade da preparação dos educadores. Para que o docente consiga atender à diversidade da sala de aula, seu preparo deve ir além de técnicas pontuais, configurando-se como um processo mais abrangente. Sob essa ótica, (Santos; Cardoso, 2024, p. 1) afirmam que: “A formação docente, nesse contexto, deve ser compreendida como um processo contínuo de aperfeiçoamento que abrange dimensões técnicas, éticas, políticas e humanas.”

As oficinas contribuem de forma significativa na formação docente, de modo que refletem sobre a importância da educação inclusiva, especificamente no processo do ensino da Libras e do Braille (Santos; Cardoso; Amorim, 2018, p. 18).

A formação docente, nesse contexto, deve ser compreendida como um processo contínuo de aperfeiçoamento que abrange dimensões técnicas, éticas, políticas e humanas. É por meio da formação continuada que o professor desenvolve competências pedagógicas voltadas à adaptação curricular, à mediação de conflitos e à utilização de metodologias diversificadas que garantam o aprendizado de todos. Segundo Oliveira (2017), a escola e seus educadores precisam rever suas condutas e programas, assegurando uma educação qualitativa, capaz de atender às necessidades dos alunos inseridos no ambiente escolar.

Além disso, a capacitação docente constitui-se em um instrumento de transformação da prática educativa, pois permite ao professor compreender as especificidades de seus alunos e atuar de forma crítica e reflexiva. Correia (2008) ressalta que os educadores necessitam de formação específica que lhes possibilite perceber as problemáticas apresentadas pelos estudantes e, assim, elaborar estratégias adequadas de intervenção pedagógica. Esse processo é indispensável para a construção de uma escola que acolha e valorize a diferença.

A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender a capacitação docente como fator determinante para a promoção de uma educação inclusiva efetiva. Ao investigar o papel da formação de professores nesse contexto, busca-se evidenciar que o processo de inclusão não depende apenas de recursos materiais ou de políticas públicas, mas sobretudo do preparo pedagógico e emocional do educador, que atua como mediador entre o conhecimento e a diversidade humana.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal analisar a importância da capacitação docente na promoção da educação inclusiva, destacando as competências e práticas necessárias para a efetivação do ensino voltado à diversidade. Como objetivos específicos, pretende-se

identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na inclusão escolar, compreender as contribuições da formação continuada e discutir o impacto dessa preparação no cotidiano pedagógico.

A escolha do tema fundamenta-se na constatação de que a formação inicial docente, muitas vezes, não contempla de maneira aprofundada as demandas da educação inclusiva. Em muitos cursos de licenciatura, a temática é tratada de forma superficial, restringindo-se a um único componente curricular. Tal limitação compromete a prática profissional e a capacidade de atender adequadamente alunos com diferentes perfis e necessidades (Nogueira, 2000).

A partir dessa constatação, este estudo propõe refletir sobre a capacitação docente como eixo estruturante de uma política educacional inclusiva. Busca-se compreender como a formação permanente pode contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que valorizem o potencial de cada estudante, respeitando suas individualidades e promovendo o desenvolvimento integral. A educação inclusiva, portanto, é compreendida aqui como um direito humano e social que requer professores críticos, preparados e sensíveis às diferenças.

A formação de professores precisa ultrapassar o caráter técnico e instrumental, valorizando a dimensão humana, ética e social do ato educativo. Segundo Cardoso et al. (2024a, p. 6), “a formação docente deve preparar o educador para compreender a diversidade, respeitar as diferenças e atuar como agente de transformação social”.

A efetivação da inclusão depende diretamente da formação de professores preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Segundo Cardoso et al. (2024a), a formação docente para a educação especial enfrenta desafios relacionados à ausência de práticas adequadas e à necessidade de capacitação contínua, mas também apresenta perspectivas promissoras para a consolidação de uma educação inclusiva.

A inclusão só será efetiva quando os professores estiverem devidamente capacitados para atender às especificidades dos alunos, aplicando

metodologias diversificadas e estratégias que promovam o aprendizado de todos” (Cardoso et al., 2024a, p. 9).

Por fim, o estudo reforça a ideia de que a capacitação docente deve ser contínua, contextualizada e articulada às políticas públicas educacionais. Mais do que um requisito técnico, a formação de professores representa um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Assim, compreender a importância dessa capacitação é essencial para consolidar práticas educacionais que transcendam o discurso da inclusão e se concretizem no cotidiano das escolas brasileiras.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada à compreensão da importância da capacitação docente na promoção da educação inclusiva. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos educacionais em sua complexidade, valorizando os significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos ao processo de formação e prática pedagógica. Conforme Gil (2008), o método qualitativo permite analisar as relações sociais e educacionais de forma contextualizada, priorizando a profundidade em detrimento da generalização dos dados.

A pesquisa tem como base a revisão bibliográfica, realizada a partir de obras e artigos científicos que abordam a formação docente e a inclusão educacional, com ênfase em autores como Cardoso et al. (2024a), Cardoso et al. (2024b), Glat (2009), Oliveira (2017), Correia (2008), Nogueira (2000), Santos, Amorim e Paula (2020), Santos; Cardoso (2024), Santos; Cardoso; Amorim (2018), Santos et al. (2024) e documentos oficiais da UNESCO (1994) e da LDB (1996). A revisão bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2003), possibilita o levantamento de referenciais teóricos já elaborados, contribuindo para a construção de um embasamento crítico e consistente sobre o tema investigado. Dessa forma, a análise teórica

oferece subsídios para compreender o papel da capacitação docente na efetivação de práticas inclusivas.

O percurso metodológico compreendeu a leitura, seleção e análise de publicações relevantes disponíveis em repositórios acadêmicos e bases institucionais, especialmente aquelas relacionadas à formação continuada de professores e às políticas de inclusão. As fontes foram avaliadas considerando critérios de atualidade, relevância científica e pertinência temática, assegurando a coerência entre os objetivos da pesquisa e o material consultado. A partir dessa sistematização, foram extraídas categorias analíticas que nortearam a discussão dos resultados.

Para a organização dos dados teóricos, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme proposta por Minayo (2010), que permite interpretar o material bibliográfico de maneira ordenada e crítica, identificando convergências, lacunas e contradições nas abordagens sobre a capacitação docente. Essa técnica possibilitou compreender como os diferentes autores concebem a formação do professor como elemento fundamental da educação inclusiva, além de identificar práticas e políticas educacionais que contribuem para o fortalecimento desse processo.

Por fim, a metodologia adotada busca garantir a validade científica do estudo, respeitando os princípios éticos e acadêmicos que orientam a produção de conhecimento. O enfoque qualitativo e a revisão bibliográfica fundamentam-se na perspectiva crítica e reflexiva da pesquisa em educação, a qual considera o professor como protagonista do processo de inclusão e transformação social. Assim, a metodologia não se limita à descrição, mas pretende também contribuir para a compreensão e aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas no contexto brasileiro.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva emerge como um paradigma contemporâneo que redefine o papel da escola e do professor na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Fundamenta-se no princípio de que todos os

indivíduos têm direito à educação de qualidade, independentemente de suas limitações físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais. A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) consolidou esse entendimento ao afirmar que as escolas devem acolher todas as crianças, ajustando-se às suas diferentes necessidades e potencialidades, promovendo um ensino baseado na diversidade e na equidade.

Estudos recentes sobre a realidade educacional no município de Iguatu evidenciam que, embora haja avanços na implementação de práticas inclusivas, a formação docente ainda apresenta lacunas significativas. Santos, Amorim e Paula (2020) identificaram que 95% dos docentes da EEMTI Dr. José Gondim desenvolvem atitudes práticas voltadas à inclusão, mas 57% afirmam não possuir formação específica na área. Esses dados reforçam a necessidade de políticas de formação continuada que preparem os professores para lidar com a diversidade em sala de aula e consolidem a efetivação da educação inclusiva como política pública.

Para Cardoso et al. (2024b, p. 8), “a inovação tecnológica é um instrumento de democratização do conhecimento, pois amplia o acesso, favorece a inclusão e estimula novas formas de aprendizagem colaborativa”.

A integração das tecnologias digitais no contexto educacional tem se mostrado uma aliada importante para ampliar a inclusão. Cardoso et al. (2024b) destacam que o uso planejado de recursos tecnológicos pode promover a personalização do ensino e favorecer a participação ativa dos alunos, reduzindo desigualdades e criando oportunidades de aprendizagem mais equitativas.

O papel do professor no século XXI exige não apenas domínio técnico das tecnologias, mas também sensibilidade para utilizá-las de modo ético e inclusivo, respeitando o ritmo e as diferenças de cada aluno (Cardoso et al., 2024b, p. 11).

No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) representa um marco normativo que assegura a oferta da educação especial preferencialmente na rede regular de ensino,

defendendo o princípio da inclusão como parte integrante da educação básica. A LDB estabelece que os sistemas educacionais devem garantir professores capacitados para a integração dos educandos nas classes comuns, reconhecendo a importância da formação docente como instrumento essencial de transformação das práticas pedagógicas (Brasil, 1996).

A formação de professores, portanto, assume papel central no processo de construção de uma escola inclusiva. Glat (2009) destaca que a educação inclusiva requer a reformulação das intenções e práticas curriculares, bem como a adoção de metodologias diferenciadas que favoreçam o desenvolvimento de todos os alunos. Para a autora, a formação continuada é indispensável para que o professor possa compreender a diversidade e atuar com competência diante das distintas realidades escolares, tornando-se agente ativo da mudança.

Oliveira (2017) reforça essa perspectiva ao afirmar que a escola e seus profissionais não podem elaborar currículos e programas que privilegiem apenas uma parcela da sociedade. É necessário que os educadores sejam preparados para atuar com metodologias que contemplem as diferenças e promovam o aprendizado significativo. Dessa forma, a capacitação docente deixa de ser uma exigência burocrática e passa a constituir uma condição ética e pedagógica indispensável para o sucesso da inclusão escolar.

Nesse mesmo sentido, Santos, Amorim e Paula (2020) ressaltam que o despreparo de parte dos docentes para lidar com a diversidade é reflexo da ausência de cursos de qualificação específicos, o que dificulta a plena execução de práticas inclusivas. Portanto, a formação inicial e continuada precisa contemplar conteúdos e metodologias voltadas à educação especial, de modo a transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo.

De acordo com Santos, Cardoso e Amorim (2018, p. 4), a Libras e o Braille “interagem no processo de inclusão, funcionando como ferramentas educacionais na prática docente e promovendo a valorização das diferenças”.

Outro autor relevante nesse debate é Correia (2008), que defende a necessidade de formação específica para que os educadores compreendam as múltiplas problemáticas que envolvem os alunos com necessidades educacionais especiais. O autor ressalta que a inclusão não se limita à presença física do aluno na sala de aula, mas exige práticas pedagógicas planejadas, recursos adequados e o uso de tecnologias assistivas que permitam a todos participar ativamente do processo de aprendizagem.

Entre essas tecnologias assistivas, a audiodescrição destaca-se como ferramenta essencial para ampliar o acesso à informação e fortalecer a inclusão de alunos com deficiência visual. Santos et al. (2024) ressaltam que a audiodescrição promove a acessibilidade comunicacional e contribui para a participação efetiva dos estudantes em diferentes contextos educacionais.

De acordo com Santos et al. (2024, p. 10), “a audiodescrição é uma ferramenta pedagógica que rompe barreiras comunicacionais e garante ao aluno com deficiência visual o direito de compreender e participar de todas as etapas do processo educativo”.

A inclusão sensorial, promovida por práticas como a audiodescrição, amplia o potencial de aprendizagem e estimula o convívio com a diversidade em sala de aula (Santos et al., 2024, p. 12).

Sob uma perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1930) oferece importante contribuição teórica ao discutir o desenvolvimento humano e a mediação social no processo educativo. Em sua obra “Problemas da Defectologia”, o autor argumenta que a deficiência não deve ser vista como limitação, mas como uma condição que requer caminhos diferenciados de aprendizagem. A educação, portanto, tem o papel de criar contextos e experiências que possibilitem o desenvolvimento pleno do indivíduo, independentemente de suas condições.

Nesse sentido, a formação docente precisa estar alicerçada em práticas que valorizem a interação, o diálogo e a cooperação. Santos (2007) defende que o trabalho pedagógico deve ser construído em rede, com encontros de saberes e metodologias que promovam a troca de expe-

riências entre educadores e educandos. Essa abordagem colaborativa fortalece a concepção de escola como espaço de aprendizagem mútua, fundamental para a efetivação da educação inclusiva.

Além da dimensão teórica, é importante reconhecer que a capacitação docente depende também de políticas públicas consistentes. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforça a necessidade de oferecer formação continuada aos professores e de garantir infraestrutura adequada às escolas. Essa política busca assegurar condições para que a inclusão seja efetiva, superando o modelo assistencialista e promovendo a autonomia dos sujeitos com deficiência.

A formação inicial, por sua vez, ainda enfrenta limitações nos cursos de licenciatura. Conforme Nogueira (2000), a carga horária destinada à educação especial é insuficiente para preparar o futuro professor para lidar com as demandas da diversidade. Essa lacuna evidencia a urgência de reestruturação curricular nas universidades, de modo a integrar a inclusão como eixo transversal na formação docente. Tal mudança é fundamental para que a inclusão deixe de ser apenas um discurso e se torne prática pedagógica consolidada.

Diante dessas discussões, é importante compreender que a efetivação da educação inclusiva ultrapassa o espaço da sala de aula, exigindo também o engajamento das instituições e do poder público. Nesse sentido, “a consolidação da educação inclusiva requer o compromisso das escolas e das políticas públicas em promover formações que articulem teoria e prática, de modo que os professores desenvolvam atitudes efetivas de inclusão” (Santos; Amorim; Paula, 2020, p. 19).

Apesar do avanço na legislação, a transposição das políticas de acessibilidade para a prática cotidiana das instituições de ensino ainda enfrenta sérios obstáculos. Tais dificuldades não se restringem apenas à esfera pedagógica. Conforme evidenciado pela pesquisa, “Um dos principais obstáculos residiu na efetiva implementação dessas políticas, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros e materiais, à

formação adequada de professores e profissionais da educação, e à adaptação de infraestruturas físicas e tecnológicas” (Santos et al., 2024, p. 221).

Por fim, Glat (1995) e Jesus e Effgen (2012) apontam que o papel do professor na educação inclusiva vai além da execução de metodologias diferenciadas. Ele deve atuar como mediador de processos de aprendizagem e de relações humanas, comprometido com a superação de barreiras atitudinais e estruturais. Assim, a capacitação docente deve promover não apenas o domínio técnico, mas também a sensibilidade, a empatia e o compromisso ético com a diversidade.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário educacional brasileiro tem priorizado, nas últimas décadas, o debate e a criação de marcos legais que visam a equidade. Essa prioridade reflete um movimento social e institucional importante, uma vez que: “As políticas educacionais de acessibilidade emergiram como uma prioridade nos vários segmentos educacionais e na sociedade civil, com o propósito de garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas” (Santos et al., 2024, p. 220).

Os resultados obtidos a partir da análise teórica evidenciam que a capacitação docente constitui o principal eixo de sustentação para o sucesso da educação inclusiva. A revisão bibliográfica revelou que, embora existam avanços legais e políticas públicas voltadas à formação de professores, ainda há um distanciamento entre as orientações normativas e a prática pedagógica. Essa discrepância reflete-se na dificuldade dos docentes em adaptar suas metodologias e recursos às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

Observa-se que muitos professores reconhecem a importância da inclusão, mas sentem-se inseguros ou despreparados para atuar com estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. De acordo com Oliveira (2017), a ausência de formação específica acarreta a

reprodução de práticas excludentes e a manutenção de currículos engessados. Assim, a falta de capacitação impacta diretamente na efetividade das ações pedagógicas e na qualidade da aprendizagem dos alunos.

Outro ponto relevante identificado é a insuficiência de políticas de formação continuada, especialmente no âmbito das redes públicas municipais e estaduais. Conforme Glat (2009), a formação pontual, muitas vezes reduzida a palestras ou encontros esporádicos, não é suficiente para transformar a prática docente. É imprescindível que os cursos e programas de capacitação sejam contínuos, reflexivos e contextualizados à realidade das escolas e dos professores.

Os participantes das oficinas se sensibilizaram ao perceber que se trata de uma maneira de incluir o sujeito desprovido da audição e da visão, promovendo a inclusão social (Santos; Cardoso; Amorim, 2018, p. 6).

A análise das fontes demonstra, ainda, que a capacitação docente precisa abranger aspectos teóricos, metodológicos e emocionais. Não basta o domínio técnico sobre as deficiências; é necessário que o educador desenvolva atitudes de empatia, acolhimento e respeito à diversidade. Segundo Correia (2008), o professor deve compreender o papel das novas tecnologias e dos recursos pedagógicos adaptados como instrumentos de inclusão e não como mecanismos de diferenciação.

Verificou-se também que a formação docente inicial ainda carece de uma abordagem integrada sobre a temática da inclusão. Nogueira (2000) observa que os cursos de licenciatura tratam o tema de forma superficial, limitando-se a um único componente curricular. Essa lacuna compromete a preparação do futuro professor, que ao ingressar na rede escolar enfrenta desafios complexos sem o respaldo teórico e metodológico necessário para promover práticas inclusivas eficazes.

Os resultados apontam que o conceito de inclusão escolar ainda é compreendido, em muitos casos, como mera inserção física do aluno com deficiência na escola regular. No entanto, conforme Glat (1995), a verdadeira inclusão exige transformação das práticas pedagógicas, dos currículos e da cultura institucional. Isso significa que a presença do aluno

não é suficiente: é preciso garantir sua participação ativa e o reconhecimento de suas potencialidades.

Outro aspecto discutido refere-se à relação entre formação docente e prática pedagógica reflexiva. Santos (2007) defende que o professor deve ser capaz de articular teoria e prática, construindo conhecimento a partir das experiências vividas em sala de aula. A formação continuada, nesse sentido, precisa favorecer espaços de diálogo entre educadores, estimulando o compartilhamento de estratégias e a construção coletiva de soluções pedagógicas.

A análise das políticas públicas também demonstra que o Brasil possui avanços significativos em termos de legislação e diretrizes, mas enfrenta dificuldades em sua implementação prática. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto nº 7.611/2011 reafirmam a obrigatoriedade da oferta de formação continuada aos docentes, contudo, a execução dessas ações ainda é desigual entre os sistemas de ensino, resultando em práticas fragmentadas.

Outro dado importante refere-se ao impacto da formação docente no desempenho e na permanência dos alunos com deficiência. Quando o professor está preparado, o ambiente escolar torna-se mais acolhedor e estimulante, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes. Conforme Vygotsky (1930), o aprendizado é mediado pelas interações sociais, e a mediação pedagógica adequada pode compensar limitações e promover o potencial de cada aluno.

A pesquisa também aponta que o investimento na capacitação docente gera benefícios para toda a comunidade escolar. Professores mais preparados contribuem para um ambiente educativo mais colaborativo e sensível às diferenças. Glat (2009) reforça que a inclusão não se realiza apenas por meio de adaptações curriculares, mas pela transformação das relações humanas e pelo fortalecimento de uma cultura de respeito à diversidade no espaço escolar.

Contudo, o estudo revela que ainda persistem barreiras estruturais e atitudinais que dificultam o processo de inclusão. A falta de recursos,

o número elevado de alunos por sala e a ausência de apoio pedagógico especializado agravam a sobrecarga dos docentes. Segundo Jesus e Effgen (2012), é necessário fomentar experiências formativas que articulem teoria e prática, permitindo aos professores desenvolver uma leitura crítica da realidade e buscar alternativas criativas para superar tais obstáculos.

Verifica-se também a necessidade de repensar os modelos de gestão escolar, de modo que a inclusão seja uma responsabilidade coletiva e não apenas do professor da sala regular. A equipe pedagógica, os coordenadores e os gestores devem participar ativamente da construção de um projeto político-pedagógico que valorize a diversidade e garanta suporte institucional às práticas inclusivas.

No contexto contemporâneo, o uso de tecnologias assistivas aparece como um recurso essencial para promover a inclusão. Contudo, a falta de capacitação técnica e pedagógica impede que muitos docentes explorem adequadamente essas ferramentas. Correia (2008) destaca que a tecnologia deve ser entendida como meio de ampliação da comunicação e da aprendizagem, e não como substituto da interação humana.

Os resultados ainda revelam que a formação emocional e ética dos professores é tão importante quanto a formação técnica. Trabalhar com a diversidade exige sensibilidade, paciência e empatia. Oliveira (2017) observa que o educador inclusivo deve ser capaz de refletir sobre suas próprias atitudes, reconhecendo preconceitos implícitos e desconstruindo práticas excludentes que persistem no cotidiano escolar.

Por fim, os dados analisados indicam que investir na capacitação docente é investir na qualidade da educação e no fortalecimento da cidadania. A formação continuada, quando articulada a políticas públicas consistentes, favorece a criação de escolas mais democráticas, capazes de acolher a pluralidade humana e promover o desenvolvimento integral de todos os alunos. Assim, a capacitação docente se consolida como instrumento de transformação social e educacional.

## 5 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo permite concluir que a capacitação docente é um elemento fundamental para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. O êxito das políticas educacionais voltadas à inclusão depende diretamente da formação de professores preparados para lidar com a diversidade humana presente nas salas de aula. Assim, investir na formação continuada representa não apenas um compromisso pedagógico, mas também ético e social, indispensável para a promoção de uma escola democrática e equitativa.

Constatou-se que, apesar dos avanços legais e institucionais, a prática pedagógica ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente relacionados à falta de preparo e de apoio aos educadores. Muitos professores reconhecem a importância da inclusão, mas não dispõem de formação específica para adaptar currículos, utilizar tecnologias assistivas e desenvolver estratégias diferenciadas de ensino. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas efetivas que garantam oportunidades formativas contínuas e contextualizadas.

A pesquisa reforça que a capacitação docente deve ser compreendida como um processo permanente de reflexão e aprimoramento. A formação deve promover o diálogo entre teoria e prática, incentivando o desenvolvimento de competências críticas, criativas e humanizadoras. O professor, ao compreender as especificidades de seus alunos, torna-se mediador ativo do conhecimento, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Também se conclui que a inclusão escolar não se realiza de forma isolada, mas depende da articulação entre professores, gestores, famílias e comunidade. A formação docente, portanto, precisa contemplar dimensões coletivas e colaborativas, promovendo o trabalho em rede e o compartilhamento de saberes. A capacitação não deve ser um evento pontual, e sim um processo contínuo que acompanhe as transformações sociais, culturais e tecnológicas da educação.

Por fim, reafirma-se que a capacitação docente constitui um pilar essencial para a efetividade da educação inclusiva. O professor é o principal agente da mudança e, por isso, deve ser valorizado e apoiado em sua formação. Investir em capacitação é investir na qualidade da educação e na construção de uma sociedade que reconhece e respeita as diferenças, garantindo o direito de todos à aprendizagem e à cidadania plena.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARDOSO, P. H. G.; SANTOS, L. C.; SOUZA, C. M.; SILVA, V. C. **Formação de professores para a educação especial: desafios e perspectivas**. Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU), v. 11, p. 1-15, 2024a. ISSN 2358-8829.

CARDOSO, P. H. G.; SILVA, V. C.; SOUZA, C. M.; SANTOS, L. C. **Desafios e oportunidades da educação digital no século XXI**. Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU), v. 11, p. 1-17, 2024b. ISSN 2358-8829.

CORREIA, L. M. **Educação Inclusiva: Princípios, Perspectivas e Práticas**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2009.

GLAT, R. **A Integração Social dos Portadores de Deficiência: Uma Reflexão sobre o Papel da Escola**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 1995.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. **Formação de Professores para a Educação Inclusiva: Desafios e Possibilidades**. Revista Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 45-60, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOGUEIRA, A. B. **Educação Inclusiva: Formação de Professores e Práticas Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, M. A. **Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2017.

SANTOS, L. C.; CARDOSO, P. H. G.; AMORIM, C. M. F. G. **Oficinas de Libras e Braille como ferramenta de inclusão: relato de experiência**. Anais do V Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Fortaleza: Realize, 2018. p. 01-12.

SANTOS, L. C.; CARDOSO, P. H. G.; SOUZA, C. M.; SILVA, V. C. **Audiodescrição: uma perspectiva inclusiva na educação especial**. Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU), v. 11, p. 1-20, 2024. ISSN 2358-8829.

SANTOS, L. C.; AMORIM, C. M. F. G.; PAULA, N. L. M. **Concepções dos docentes sobre educação inclusiva de pessoas com deficiência na EEMTI Dr. José Gondim - Liceu de Iguatu/CE**. Research, Society and Development, v. 9, n. 4, e137942981, p. 1-22, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i4.2981

SANTOS, L. C.; SOUZA, C. M.; SILVA, V. C.; CARDOSO, P. H. G. **Um olhar para as políticas educacionais de acessibilidade nos diferentes segmentos educacionais e setores da sociedade civil**. In: Anais do X Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Campina Grande: Realize, 2024. v. 3. p. 220-227. ISBN 978-65-5222-018-9

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Problemas da Defectologia**. Madrid: Visor, 1930.